

por Tomás Vieira Mário, enviado da AIM a Roma

A Renamo voltou a acusar o Governo moçambicano de continuar a manter tropas do Zimbabwe fora dos corredores da Beira e do Limpopo, conforme determina o acordo de cessar-fogo parcial alcançado entre as duas partes em Dezembro de 1990.

Renamo acusa Governo de violar acordo parcial

Por outro lado, a Renamo considera que a Comissão Mista de Verificação daquele acordo (COMIVE), presidida pelo Embaixador da Itália em Moçambique, Manfredo Di Camerana, tem sido ineficiente na averiguação dos casos de violação daquele entendimento.

O Governo e a Renamo deveriam se ter reunido na manhã de ontem em Roma para debaterem o assunto, na presença do presidente da COMIVE, dos chefes das respectivas subdelegações militares e dos representantes dos observadores norte-americanos, britânicos, portugueses e franceses.

A reunião foi, contudo, adiada por 24 horas, a pedido da delegação encabeçada por Raul Domingos, chefe do Departamento de Organização da Renamo.

Interrogado sobre as razões deste pedido de adiamento, Raul Domingos disse que a sua delegação necessitava ainda de tempo para concluir a sua resposta a um documento sobre as actividades da COMIVE, adiantado na semana passada às duas partes pelo Embaixador Manfredo Di Camerana.

«Tivemos dificuldades de ordem logística para concluirmos a tempo a resposta ao relatório da COMIVE», disse à AIM Raul Domingos, negando que estivesse à espera de instruções do seu presidente Afonso Dhlakama, ou que houvesse problemas de comunicação entre Roma e Gorongosa,

onde se situa o quartel-general do movimento armado.

O Governo, por sua vez, expressou «grande surpresa» pelo adiamento da reunião de ontem, que foi anunciado inesperadamente pela mediação cerca de meia-noite de domingo.

Embora sem o referir expressamente, Raul Domingos deu, contudo, a entender que haveria ainda unidades militares do Zimbabwe combatendo ao lado do exército governamental.

Averiguações da COMIVE em torno de queixas anteriores da Renamo nesse sentido, nunca puderam confirmar a permanência de tropas zimbabweanas fora dos limites dos corredores, nos termos estabelecidos pelo acordo de primeiro de Dezembro de 1990.

O Governo, que continua a manifestar o seu agastamento perante a demora no início da abordagem das questões ainda pendentes da agenda, tinha proposto que matérias relativas ao funcionamento da COMIVE fossem estudadas separadamente por este órgão internacional, integrado por representantes militares de oito países.

«Desta forma, a ronda não sofreria novas paralisações, iniciando-se

imediatamente a abordagem do ponto da agenda relativo a questões militares», comentou uma fonte do Governo.

A Renamo mantém, por seu lado, que existem questões de natureza política a serem discutidas, o que justifica uma reunião a nível mais elevado.

Destas interpretações fica clara a subsistência de elementos de desconfiança mútua entre as partes, dois anos após o início do diálogo, que já produziu, por outro lado, entendimentos finais em torno das questões de natureza política.

De outro modo, torna-se pouco compreensível que as partes continuem a discutir o cumprimento de um acordo sobre o cessar-fogo em faixas limitadas do país, na hora em que todas as condições estão já estabelecidas para acelerar as discussões que ponham termo à guerra em todo o território nacional.

Essa mesma interpretação do curso e do clima do diálogo encontra reforços na dificuldade que subsiste, em criar condições que garantam a circulação em segurança de colunas de camiões transportando ajuda alimentar de socorro às populações carenciadas, por todo o país, apesar de contínuas negociações com a Renamo, desenvolvidas pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas.

DA "NOTÍCIAS"
DEL 23. 6. 1992